



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638642 - SP (2021/0001469-3)

RELATOR : MINISTRO FELIX FISCHER
IMPETRANTE : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA
ADVOGADO : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA - SP164433
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : LUCAS PAIVA DA SILVA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS PAIVA DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (Agravado na Execução Penal n. 0007779-30.2020.8.26.0026).

O paciente "foi condenado às penas de 08 anos, 01 mês e 20 dias de reclusão, pela prática de furto qualificado tentado e tráfico de drogas, com o término de cumprimento de pena previsto para 19.03.2024" (fl. 10).

A impetrante sustenta que "o paciente não é reincidente específico em crime hediondo, conforme documentos anexos, portanto com base no princípio da legalidade e da interpretação mais benéfica ao réu, novo cálculo de penas deverá ser elaborado, com a fração de 40% (quarenta por cento) ou 2/5 (dois quintos) da pena do crime hediondo ou equiparado" (fl. 6).

Neste contexto, alega a existência de constrangimento ilegal, pois, por não se tratar de reincidência específica, a ratificação do cálculo para fins de progressão de regime deve observar o lapso de 2/5 de cumprimento de pena, e não os 3/5 determinados pelo acórdão atacado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que seja elaborado novo cálculo de pena para a progressão de regime.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente